

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2009.

Márlio Aguiar\*

Italo Calvino é frequentemente citado por seu livro *Por que ler os clássicos?*; entre as características do que seria um clássico literário, afirma ele: “Os clássicos são livros que exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis” (CALVINO, 2007, p. 10). Ainda que as reflexões de Calvino se voltem prioritariamente para a literatura, apropriando-nos de sua consideração, podemos asseverar: existem obras historiográficas que são clássicos, que fundam ou repensam velhas questões de modo inovador e, com isso, inspiram outros historiadores a pensar o novo<sup>1</sup>.

Sendo assim, esta resenha revisita um clássico republicado. A principal especificidade da coletânea “A interiorização da Metrópole e outros estudos” da professora da USP, Maria Odila Leite da Silva Dias, reside tanto na sua temática – a história brasileira no século XIX e, em especial, a construção de uma ideia de nação nos trópicos – quanto nos pressupostos teórico-metodológicos que norteiam as narrativas historiográficas produzidas pela autora.

O livro reúne três ensaios que se concentram nas peculiaridades do processo brasileiro de transição do período colonial para a Independência: o primeiro e mais conhecido deles, *A Interiorização da Metrópole* (1972, artigo que fez parte da organização de Carlos Mota intitulada “1822: Dimensões”); *Aspectos da Ilustração no Brasil* (1968, publicado na Revista do IHGB); e, por fim, *Ideologia Liberal e construção do Estado* (1976, versão ampliada do artigo de jornal “A nossa Independência e a deles”, publicado em 4 de julho daquele ano). Os três textos possuem como cenário comum o processo de emancipação do Brasil (nomeadamente concentrando-se na primeira metade do século

---

\* Graduando do curso de História (bacharelado e licenciatura) na Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC).

<sup>1</sup> Extrapolaria em muito os limites desta resenha analisar trabalhos posteriores que, a partir dos ensaios aqui analisados de Maria Odila Leite da Silva Dias ou com base em problemáticas semelhantes, contribuíram de algum modo para a historiografia dos Novecentos no Brasil. Indica-se aqui, a título meramente exemplificativo, a leitura de MAXWELL (1999) a respeito dos temas de Ilustração e liberalismo brasileiros (para além do debate mais clássico a respeito das ideias “fora” do lugar ou “dentro do lugar” da discussão célebre de Roberto Schwarz), e KUHN (2006), à utilização do conceito de interiorização da metrópole num contexto de fronteira.

XIX) e, por vias distintas, preocupam-se em analisar o papel e a continuidade das elites dirigentes brasileiras antes e depois da Independência. Seu acervo documental é vasto e significativo: publicações de época, cartas privadas, correspondências diplomáticas, notícias da imprensa, panfletos, produção historiográfica e biográfica do período, livros de memórias, relatos de viagens, traduções novecentistas de artigos estrangeiros e produções científicas do período. A tese principal – enunciada no primeiro artigo, mas, presente no *animus* dos demais – é a de que nosso processo revolucionário é filho do período de Ilustração lusitano apregoado tanto pelos lusitanos da Corte que aqui se instalam quanto, principalmente, pelos intelectuais e burocratas nativos que constituirão todo o aparato monárquico pós-independência.

No correr do ensaio *A interiorização da Metrópole* (não à toa escolhido para emprestar título à coletânea) a própria autora situa sua obra do ponto de vista historiográfico, seja no que ela deve à produção já estabelecida, seja no que sua tese inova. A autora inicia o texto lembrando certas balizas fundamentadas na historiografia acerca do processo histórico de “independência”, isto é, da primeira metade do século XIX. O principal deles é a continuidade que se deu no processo de transição da Colônia para o Império; em seguida, a separação entre o período propriamente dito de “Independência” (1822) e a consolidação de uma unidade nacional (1840-1850); e a relativa ausência de movimentos revolucionários propriamente ditos. Em suma: a imagem tradicional de “independência” como uma luta dos povos da colônia contra sua metrópole não servem para vestir a experiência histórica do processo de formação da nacionalidade. Esta diretriz fundamental, assevera, é datada em obras como a de Caio Prado Jr. (*Formação do Brasil Contemporâneo*, 1944), Sérgio Buarque de Holanda (*A herança colonial – sua desagregação*, 1962) e Emília Viotti da Costa (*Introdução ao estudo da emancipação política*, 1968). Para Maria Odila Dias, o quadro de pressões externas como fontes das transformações em *terrae brasilis* já está assentado e bastante claro: deixaram de lado, contudo, o estudo do “modo como afeta as classes dominantes da colônia e os mecanismos internos inerentes ao processo de formação da nacionalidade brasileira” (p. 10). A historiografia anterior mantém, mesmo que de modo inconsciente – e mesmo quando conscientemente aludindo ao caráter *sui generis* de nossa Independência –, vícios interpretativos eurocêntricos, como a

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*.

2ª ed. São Paulo: Alameda, 2009.

identificação com o liberalismo e o nacionalismo próprios da Europa, com contradições que ainda estão por ser explicitadas pela nova produção historiográfica.

O que se pode averiguar na historiografia sobre o tema, afirma, é uma preocupação generalizada em integrar o processo de emancipação política do Brasil com o “todo”, resvalando no apego à imagem da luta civil entre colônia e metrópole à revelia dos processos internos de ajustamento às mesmas pressões. Estes processos internos, muitas vezes desconsiderados ou inexplorados, se deram basicamente de dois modos: pelo (i) enraizamento de certos interesses portugueses e, principalmente, pelo (ii) processo de interiorização da metrópole no centro-sul do território da colônia. De fato, é possível dizer que o processo brasileiro de emancipação política já fora desencadeado em 1808, com a vinda da Corte real, e não com a consumação formal de separação política de Portugal em 1822.

Em suma: os acontecimentos europeus, a pressão inglesa e a vinda da Corte tornaram possível – mas não enquanto causa adequada única – a transformação do Brasil de colônia para sua própria metrópole, não a partir de movimentos de liberação nacionalista ou burguês nos moldes europeus, mas para a continuidade da estrutura política, administrativa, econômica e social que vingara no decorrer de três séculos de existência da sociedade colonial. Com a vinda da corte em 1808 o Estado português se enraíza no Centro-Sul e dá início à interiorização da metrópole, processo este que só se consolidaria com a centralização política posterior (segunda metade do século). O Rio de Janeiro se tornara o epicentro de uma metrópole interiorizada, lançando os fundamentos do novo Império português da nova Corte, chamando a si o controle do restante do território, ainda em grande medida submetido a um tratamento colonial. A compreensão do nosso “processo moderado” de emancipação política – e da relativa continuidade das instituições na transição da Colônia para o Império –, explica a autora, virá à tona com estudos mais aprofundados dos mecanismos inerentes às classes dominantes no Brasil. A própria estrutura social, dividindo a minoria privilegiada do restante da população, servia para polarizar as forças políticas e manter unidos os interesses das classes nomeadas, sobretudo pelo “haitianismo” e sentimento de

insegurança social frente a possíveis insurreições<sup>2</sup>; são traços típicos da mentalidade da época e foram catalisadores na ideologia conservadora e contrarrevolucionária. Para Maria Odila Dias, é na interdependência de interesses (rurais dos grandes proprietários, administrativos da nova Corte e dos burocratas, comerciais da classe mercantil do litoral) que podemos tecer um quadro claro dos mecanismos de defesa e coesão do elitismo da sociedade do Brasil no período de transição ao Império.

O “período da independência” brasileira é registrado na pena da autora como profundamente complexo e contraditório. Segundo ela, o processo de interiorização da metrópole é a chave para o estudo da formação da nacionalidade brasileira: precisamos sistematizar as peculiaridades da sociedade colonial para compreender precisamente como se deu o processo de independência. Ao invés de um nacionalismo revolucionário, a semente da integração nacional seria apregoada pela nova Corte de modo a prolongar e estender a administração e a estrutura social pré-existente, mantendo todo o edifício monárquico. Tudo isto só pôde ser forjado por um ato de vontade e acordo entre portugueses adventícios, a colaboração dos nativos e a pressão dos ingleses em virtude de seus interesses comerciais. O papel do “elitismo burocrático” e a participação dos ilustrados brasileiros na administração pública são, justamente, o que em grande parte demonstram e explicam a colaboração entre a nova Corte e as classes dominantes nativas, cuja fase máxima se dá com a vinda da Corte e a fundação do novo Império. Nesta tarefa se empenharam não apenas portugueses da Corte, mas também ilustrados brasileiros: esse engajamento na política de Estado portuguesa teve influência decisiva sobre todo o processo de consolidação do Império, na arregimentação de forças políticas e na formação de um Estado capaz de se sobrepor aos interesses localistas, a ponto de os ilustrados brasileiros definirem seu nacionalismo como didático, integrador e progressista. Assim, a Ilustração no Brasil não pode ser identificada meramente com a luta da colônia contra a Metrópole, pensa a autora, tampouco com o anticolonialismo. Formava-se uma consciência nacional elitista e utilitária, fruto dessa gama de interesses.

Em *Aspectos da Ilustração no Brasil*, Maria Odila Dias se propõe a estudar as características do pensamento ilustrado brasileiro (herdeiro da cultura europeia dos

---

<sup>2</sup> Para um contraponto de produção historiográfica mais recente, ver os trabalhos de MARQUESE; PARON (2011) e REIS (2009).

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*.

2ª ed. São Paulo: Alameda, 2009.

séculos anterior) e as primeiras tentativas da “primeira geração da Independência” a adaptar os traços desta mentalidade culta e elitizada às condições de seu meio. A ética das Luzes europeia de aspiração à felicidade na terra e à liberdade deu um vigoroso impulso ao estudo das ciências; inobstante o anti-intelectualismo de um Rousseau, não foi essa a posição que vingou entre os intelectuais do Brasil. Outros fatores sociais que derivam desde os tempos joaninos e pombalinos se somam a isto: uma política determinada de Estado e a identificação desses estudiosos brasileiros com os interesses materiais da elite rural brasileira, como provaram a existência de instituições como a Academia Científica do Rio de Janeiro (1772-1779) e a Sociedade Literária (1786-1794) criada para promover a felicidade pública por meio da agricultura e desenvolver ideias “científicas” ou de “ordem prática”. O grande traço de continuidade é a inclinação pragmática e o culto às ciências práticas e aos conhecimentos úteis, instrumentos, durante o século XIX, de forja de um novo nacionalismo didático. Analisemos uma das fontes da autora – um relato de memórias do jornal *O Patriota* (nov.-dez. de 1814) – que, a despeito de se referir à cultura dos letrados brasileiros, também representa de modo ímpar a tese da interiorização da metrópole:

E que quadro tão brilhante se apresenta agora à minha imaginação! **Eu** vejo reduzidos à sociedade civil tantos milhões de habitantes selvagens, que nos rodeiam, **tornados em cidadãos úteis e laboriosos**; vejo povoadas as margens de tantos rios navegáveis, girando por todas as partes as embarcações com as **produções do país** e, ao mesmo tempo empregadas as águas em mover pesadas máquinas, que poupem o trabalho dos homens, vejo **adiantadas Artes e as Ciências, promovendo a Indústria, animando o Comércio, penetrados os sertões e descobertas as suas preciosidades**; vejo marchar de um passo igual a Agricultura e a Mineração, cobertas de rebanhos as campinas; coroados de vinhas os oiteiros; crescerem as povoações; fundarem-se cidades. **É verdade que para isto é preciso tempo, são preciosos dispendiosos sacrifícios, mas nada é impossível**. Os grandes Reinos tiveram o seu princípio em pequenas sociedades; em dois homens principiou a população do universo...(DIAS, pp. 109-110, grifo nosso).

Esta fonte foi utilizada para demonstrar que intelectuais julgavam-se capazes de construir obras capazes de lançar luzes para o progresso material do Brasil, visto enquanto nação a ser forjada. Para além disso, contudo, a mesma fonte reforça aquilo que Maria Odila Dias enfatizou no texto que dá nome à coletânea: que somente

compreenderemos as peculiaridades de nossa Independência mediante um estudo também das expectativas e especificidades de nossa sociedade colonial-imperial; que encontramos em setores viventes do Brasil, atentos à situação local, projetos para a manutenção do poder por meios velhos (Colônia) e “novos”/moderados (Império). Como se percebe, identificamos também nesse passo as considerações feitas em *A Interiorização da Metrópole*: a principal assertiva é a de que as elites brasileiras, como elites pensantes, possuíam seus próprios projetos e interesses e que somente uma análise cuidadosa dessas mesmas elites poderia contribuir no estudo de nosso processo de Independência.

Em *Ideologia Liberal e construção do Estado* a autora analisa o papel ambíguo da ideologia liberal e dos ideais da Revolução Americana de 1776 na construção do Estado brasileiro. Nos Estados Unidos os ideais da Revolução constituíram uma ideologia modernizadora, representando os interesses capitalistas (*self government*) e visaram uma um pacto constitucional federativo, a racionalização do equilíbrio político, a consumação da integração do mercado e a garantia das bases necessárias ao capitalismo industrial. Para ela restam claras as diferenças com o Brasil: não assistimos a uma revolução empresarial, nem havia entre nós interesses capitalistas fortes o bastante nas classes dominantes para precipitar a integração do mercado nacional e as bases do capitalismo moderno. No Brasil o liberalismo não aparece como programa modernizador do conjunto das forças sociais (ainda que veiculado por uma elite): é tão somente a ideologia de uma minoria ilustrada, completamente desconectada da maioria da população do país, e ainda mais inspirada nos ideais do despotismo ilustrado do Antigo Regime. O liberalismo brasileiro não é revolucionário; ele é reformista e moderado, sem comprometer a continuidade social e econômica da estrutura colonial brasileira. Por fim, não respondia a impulsos internos de mudança, e sim a forças externas de pressão (principalmente a Inglaterra) que queria integrar o Brasil no novo sistema internacional após as guerras napoleônicas, como Estado independente, mas subordinado no império informal do comércio livre do Império Britânico.

É claro que muitos homens da geração da Independência, desviantes dessa posição dominante, vislumbravam caminhos próximos àqueles dos EUA e anteviam um

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2009.

futuro grandioso para o Brasil. Tencionavam o rompimento de laços com as tradições portuguesas coloniais, promover a imigração estrangeira, admitir a liberdade de religião, abraçar o cosmopolitismo, difundir o espírito cívico e a capacidade de associação política pelo país, extirpar o preconceito contra o trabalho manual, preparar o caminho para uma futura abolição do regime escravo e lutar contra o monopólio econômico das manufaturas inglesas e propiciar a industrialização, a autossuficiência econômica e o trabalho livre. Todavia, não foram os vitoriosos no jogo político. A consolidação do sistema político do Império se deu, sobretudo, sob os conservadores: foi pautada por um eleitorado controlado dos funcionários públicos; eleições violentas; câmaras unânimes; pactos dos líderes regionais com o governo central; empréstimo de forças oficiais às formas costumeiras de banditismo; e a violência pré-política.

Concluimos assim a breve análise, enfatizando o pressuposto teórico-metodológico da autora, diretriz de todos os textos e do uso das fontes: a compreensão da história política da Independência brasileira não prescinde de uma análise atenta da estrutura de nossa sociedade, desde o Antigo Regime colonial-tropical até o molde final dos grupos dominantes durante todo o século XIX.

### Referências bibliográficas

CALVINO, I. **Por que ler os clássicos**. Tradução: Nilson Moulin. São Paulo: Cia de Bolso, 2007.

DIAS, M. O. L. S. Aspectos da Ilustração No Brasil. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 278, pp. 100-170, jan.-mar., 1968.

\_\_\_\_\_. A Interiorização da Metrópole. In: MOTA, C. G. (org.). **1822: Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972, pp. 160-184.

\_\_\_\_\_. A nossa independência e a deles. In: **O Estado de São Paulo**. Suplemento Literário, São Paulo, 05 jul., 1976.

\_\_\_\_\_. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. 2ª. ed. São Paulo: Alameda, 2009.

KÜHN, F. **Gente da fronteira: sociedade e poder no sul da América portuguesa, século XVIII**. Rio de Janeiro: UFF, Tese de doutorado em História, 2006.

MARQUESE, R. B.; PARRON. T. Revolta escrava e política da escravidão: Brasil e Cuba, 1791-1825. In: **Revista das Índias**, São Paulo, v. LXXI, n. 215, p. 19-52, 2011.

MAXWELL, K. A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro. In: **Chocolates, piratas e outros malandros: ensaios tropicais**. São Paulo: Paz & Terra, 1999.

REIS, J. J.; GOMES, F. S. Repercussions of the Haitian Revolution in Brazil: 1791-1850. In: GEGGUS, D. P.; FIERING, N. (editors). **The World of the Haitian Revolution**. Bloomington: Indiana University Press, 2009.